

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	27
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	34
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	35
2.5 Medições não contábeis	37
2.6 Eventos subsequentes as DFs	40
2.7 Destinação de resultados	41
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	44
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	45
2.10 Planos de negócios	46
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	49
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	50
5.2 Descrição dos controles internos	52
5.3 Programa de integridade	55
5.4 Alterações significativas	59
5.5 Outras informações relevantes	60

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 2.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para o exercício indicado, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 2.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia analisava seus negócios em 5 segmentos operacionais, sendo (i) Kroton, (ii) Platos, (iii) Vasta, (iv) Saber, e (v) Outros. A partir de 1º de janeiro de 2022, com objetivo de otimizar suas divulgações, a administração da Companhia decidiu por consolidar algumas unidades de negócios e apresentar suas informações em apenas 3 segmentos, que consideram: a) unificação de Kroton e Platos, e b) consolidação da unidade de negócio Outros dentro de Saber. Considerando esse movimento, a Companhia passou a possuir 3 segmentos operacionais, sendo: Kroton (B2C de ensino superior nas modalidades Presencial e a distância, e B2B2C de Educação Continuada, nas modalidades presencial e a distância), Vasta (B2B de educação básica), e Saber (B2Gov de educação básica, Programa Nacional do Livro Didático, livros vendidos, cursos livres e preparatórios, e escolas de idiomas).

- **No Segmento Kroton,** No Segmento Kroton, a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com 963.892 alunos (considerando os cursos de graduação e pós-graduação), sendo 319.385 matriculados na modalidade de Alta Presencialidade e 644.507 matriculados em Baixa Presencialidade. Considerando o total de alunos dos segmentos, obtivemos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

um crescimento de 11% em relação ao último ano. Em linha com a estratégia da Companhia em foco nos cursos digitais, a modalidade de Baixa Presencialidade (BP) apresenta taxas de crescimento ainda mais expressivas que o segmento de Alta Presencialidade (AP).

Dessa forma, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Receita Líquida do segmento Kroton atingiu R\$ 3.346,7 milhões, que resultou em um aumento de 3,6% se comparado ao mesmo período de 2021.

- **No Segmento Saber**, a Companhia conta, na Educação Básica, com 114 unidades do Red Balloon e 5.274 escolas associadas em todo o território nacional, um aumento de 7,8 % em relação ao último ano.

Considerando os dados acima, a Receita Líquida do segmento obteve R\$ 481,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que gerou uma queda de 20% quando comparado com o mesmo período de 2021. Os resultados desse segmento foram menores frente ao ano de 2021, principalmente em razão da sazonalidade do ciclo comercial do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

- **No Segmento Vasta**, a Receita Líquida foi de R\$ 1.264,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 33,4% em comparação ao ano anterior, e superior ao ACV projetado para o ano. O aumento está principalmente impactado pela receita de subscrição, evidenciando a continua ampliação da participação desta modalidade de Receita, que oferece maior rentabilidade, previsibilidade e fidelização. Se faz importante mencionar que a Vasta possui ciclo comercial que se inicia no quarto trimestre de cada ano, onde são realizadas as primeiras entregas de conteúdo a seus alunos e escolas parceiras.

❖ Indicadores Financeiros

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, nossa Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 5.092,2 milhões, aumento de R\$ 314,1 milhões em comparação com o exercício anterior, ou 6,6% na comparação anual, refletindo: (i) a retomada de crescimento de Receita Kroton, principalmente nos últimos dois trimestres do ano, e (ii) o crescimento de 33,4% da Receita Líquida de Vasta, decorrente do atingimento do ACV de R\$ 1,0 bilhão do ciclo de 2022 e da boa conversão do ACV ciclo de 2023 no 4T22 (primeiro trimestre do ciclo 2023). Por sua vez, nosso prejuízo foi de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 573,5 milhões, R\$ 60,5 milhões maior que 2021, ocasionado principalmente pelo reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos das operações do segmento Saber.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizaram R\$ 2.128,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, gerando uma redução de R\$1.912,1 milhões, ou 47,3%, quando comparado com o último exercício social encerrado, principalmente pela redução de R\$ 1,7 milhões de Dívida Bruta em linha com a nossa estratégia de maior eficiência na alocação de capital.

A nossa administração analisa os índices de liquidez corrente e de endividamento a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Demonstramos no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2022.

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022
Ativo Circulante	5.059,7
Passivo Circulante	4.069,3
Índice de liquidez corrente	1,2x
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	13.155,4
Ativo Total	26.396,8
Índice de endividamento	0,5x
Lucro Líquido	(541,0)
Ativo Total	26.396,8
Retorno sobre os ativos	(2,0%)
Lucro Líquido	(541,0)
Patrimônio Líquido	13.241,4
Retorno sobre o patrimônio líquido	(4,1%)

No comparativo entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Índice de liquidez corrente diminuiu de 1,7x para 1,2x impactado pela queda observada no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, fruto dos pagamentos de debêntures e contas a pagar por aquisições. Em contrapartida a esse efeito, houve captação de debêntures durante o exercício. Com relação ao índice de endividamento, esse foi mantido em 0,5x entre os exercícios.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nosso retorno sobre os ativos passou de -1,8% em 31 de dezembro de 2021 para -2% em 31 de dezembro de 2022, em função da queda nos resultados do exercício social findo em 2022 e adicionalmente pela redução ocorrida nos ativos financeiros conforme mencionado no parágrafo anterior.

Considerando o retorno sobre o patrimônio líquido, obtivemos -4,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e -3,7% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A piora no índice está relacionada a redução observada no prejuízo entre os exercícios.

b. Estrutura de capital

Os nossos Diretores acreditam que nossa estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, em 31 de dezembro de 2022, o Patrimônio Líquido teve redução de 3,8% passando de R\$13.770,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$13.241,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, impactado principalmente pelo prejuízo do exercício.

A seguir apresentamos as movimentações ao endividamento financeiro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

(em R\$ milhões)	31 de dezembro de 2022
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Circulante	2.038,3
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Não Circulante	3.152,9
Dívida Bruta	5.191,2
Caixa e equivalentes de caixa	(121,8)
Títulos e valores mobiliários	(2.059,1)
Disponibilidades	(2.180,8)
Dívida (Caixa) Líquida	3.304,3

Em 31 de dezembro de 2022, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de ponta passiva registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de ponta ativa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

registrados no ativo circulante e não circulante, resultou em uma dívida líquida de R\$3.010,3 milhões, com um aumento de R\$184,8 milhões, ou 6,5% se comparado com o mesmo período do último ano, atrelado a redução no caixa e equivalentes de caixa do período.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital, separando em dois elementos fundamentais (i) capital de terceiros; e (ii) capital próprio. Consequentemente, temos uma análise de capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, bem como da principal fonte de capital da Companhia.

(em R\$ milhões, exceto %)	31 de dezembro de 2022
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo não circulante)	13.155,4
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	13.241,4
Capital Total (Terceiros + Próprio)	26.396,8
Capital de Terceiros / Capital Total	49,80%
Capital Próprio / Capital Total	50,20%

❖ Capital Próprio

O Patrimônio Líquido registrou R\$ 13.241,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 13.770,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso, a relação do capital próprio frente a nossa estrutura de capital foi de 50,2% em 31 de dezembro de 2022, frente a 48,3% em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 1,9p.p. na comparação entre os anos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

❖ Capital de Terceiros

O nosso capital de terceiros é constituído por empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes), no montante de R\$ 5.191,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e por demais passivos (relacionados as contas a pagar por aquisições, e instrumentos financeiros derivativos), no montante de R\$ 7.964,2 milhões, totalizando R\$ 13.155,4 milhões. Se comparados os valores de 31 de dezembro de 2022 com 31 de dezembro de 2021, houve uma redução de 10,8%, principalmente em consequência do pagamento das debêntures da Companhia.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos exercícios sociais, suprimos as nossas necessidades de recursos basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiros. Considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, os nossos Diretores acreditam que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso os nossos Diretores entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, englobando investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los a taxas de juros razoáveis.

Ademais, faz-se necessário destacar que a Companhia realizou a emissão de R\$500.000.000 (quinhentos milhões de reais) em debêntures no ano de 2023 com o objetivo de reforçar o capital de giro e alongar seu passivo financeiro.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Circulante	2.038,3
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Não Circulante	3.152,9
Endividamento Bruto	5.191,2
Endividamento Circulante / Total	39,30%
Endividamento Não Circulante / Total	60,70%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossos Diretores acreditam que estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) a possibilidade de novas captações de recursos de terceiros; e (iii) a possibilidade de captação proveniente da emissão de ações;

A nossa fonte para capital de giro é fundamentalmente proveniente da geração própria de caixa e, eventualmente, da captação de recursos de terceiros.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os nossos Diretores acreditam que aplicaram e continuam aplicando as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

(Em R\$ milhões)						Em 31 de dezembro de		
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2022	2021	2020
Editora e Distribuidora Educacional S/A	DTVM OLIVEIRA TRUST	4a emissão Debentures série única – 27/08/2018	220	15 de agosto de 2021	CDI + 1,00% a.a. até Ago.19 - CDI + 0,80% de Ago.19 até vencimento	232,0	225,6	221,4
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	1a emissão Debentures série única – 15/04/2019	800	15 de abril de 2024	CDI + 0,65% a.a.	202,6	210,0	802,7
Cogna Educação S.A	Banco Santander S.A.	6ª emissão Debêntures série única - 20/05/2020	500	20 de maio de 2023	CDI + 1,00% a.a.	513,9	502,4	499,9
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	2a emissão Debentures 1ª série – 15/08/2018	1.129	15 de agosto de 2021	CDI + 0,75% a.a.	-	-	985,6
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	2a emissão Debentures 2ª série – 15/08/2018	4.264	15 de agosto 2023	CDI + 1,00% a.a.	1.827,1	3.770,1	3.717,4
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	2a emissão Debentures 3ª série – 15/08/2018	106	15 de agosto 2025	IPCA + 6,7234% a.a.	137,7	130,2	117,9

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	3a e 4a emissão Debentures 1ª e 2ª séries e série única- 15/08/2018	1.600	15 de agosto de 2022	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	-	88,7	875,1
Centro de Educação Integrada	Banco do Nordeste	CCG	4	N.A.	9,4% a.a.	-	-	0,2
Mind Makers	BDMG	CAPITAL DE GIRO	1	15 de novembro de 2026	TJLP	-	0,9	1,0
Cogna Educação S.A	Banco Santander S.A	7a emissão Debentures 1ª e 2ª séries- 20/08/2021	900	20 de agosto de 2024 e 20 de agosto de 2026	CDI + 2,60% a.a. e CDI + 2,95% a.a.	742,0	924,0	-
Anhanguera Educacional Participações S.A.	Banco Bradesco S.A	1a emissão- 25/11/2021	500	25 de novembro de 2026	CDI + 2,95% a.a.	503,8	499,7	-
Vasta Platform Limited	UBS Banco do Brasil	1a emissão Debêntures série única 10/08/2021	500	05 de agosto de 2023	CDI + 2,30% a.a.	529,6	514,8	-
COGNA BTG	Banco BTG	1ª emissão debêntures 1ª série 02/08/2022	67	13 de julho de 2027	CDI + 1,45% a.a.	69,1	-	-
COGNA BTG	Banco BTG	1ª emissão debêntures 2ª série 02/08/2022	331	12 de julho de 2029	IPCA + 7,9273% a.a.	329,9	-	-
COGNA BTG	Banco BTG	1ª emissão debêntures 3ª série 02/08/2022	102	13 de julho de 2032	IPCA + 8,0031% a.a.	103,3	-	-
					TOTAL	5.191,2	6.866,4	7.221,2
				<i>Parcela circulante</i>		<i>2.038,3</i>	<i>2.120,6</i>	<i>2.049,0</i>
				<i>Parcela não circulante</i>		<i>3.152,9</i>	<i>4.745,8</i>	<i>5.172,2</i>

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo.

Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das contratações de mercado, almejando sempre o melhor prazo médio e os menores custos financeiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossos Diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa, sabendo-se que o nosso endividamento é composto principalmente por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de longo prazo, e visa assegurar recursos suficientes para fazer frente ao nosso ciclo operacional e de investimentos em nossos segmentos de atuação em Educação Básica, Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial.

Quando recorremos a instituições bancárias, contratamos linhas perante as principais instituições financeiras do país, por meio de cédulas de crédito bancário, contas garantidas, arrendamento mercantil, fiança bancária debentures e CRI, com taxas condizentes para empresas do nosso porte.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento são: contratação de fiança bancária, cessão fiduciária de aplicações financeiras e alienação fiduciária de participações societárias.

A tabela no item 2.1d apresenta a taxa de juros praticada, o saldo devedor, o vencimento e outras garantias de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados.

A seguir apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022.

- Em 27 de agosto de 2018, através da Somos, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Saraiva Educação, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 2.200 ao Preço Unitário de R\$ 100.000. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para alongar o perfil de endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar seu caixa consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as debentures foram transferidas para a controlada EDE.

- Em 11 de outubro de 2018, a Companhia, por meio da controlada Saber, na data da aquisição da Somos passou a consolidar nos demonstrativos financeiros, todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Somos no âmbito (a) da 1ª Emissão Somos, bem como, em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contrapartida, o recebimento, pela Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, no valor de R\$ 800.000.000; e (b) da 2ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento pela Saber, das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas no valor de R\$ 800.000.000; e (ii) a assunção, pela Saber, de todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Scipione no âmbito da 3ª Emissão Scipione, bem como, em contrapartida, a emissão, pela Scipione em favor da Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione, de modo que a Saber é a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione no valor de R\$ 100.000.000. A Saber assumiu os direitos e obrigações de emissora decorrentes das Debêntures 1ª Emissão Somos, das Debêntures 2ª Emissão Somos e das Debêntures 3ª Emissão Scipione na forma de suas 2ª (segunda), 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissões públicas de debêntures, respectivamente. A Cogna, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019, assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado. Em contrapartida a este movimento, a Controlada Saber emitiu debêntures privadas com o intuito de quitação da dívida junto a Controladora.

- Em 15 de abril de 2019 a Controladora realizou sua primeira emissão de debêntures simples, realizada em série única. Foram subscritas 80.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada uma, totalizando R\$ 800.000.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. As debêntures terão prazo de 5 anos, sendo o vencimento final em 15 de abril de 2024. O pagamento de principal ocorrerá em uma única parcela e os juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (abril e outubro).

- Em 20 de maio de 2020, a Companhia através da controladora Cogna realizou nova emissão de debentures simples, em série única. Foram subscritas 500.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 500.000.000. As debêntures terão vencimento final em 2023, sendo que o pagamento de principal ocorrerá somente neste

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vencimento, e os juros devidos calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de maio e novembro;

- A controlada Saber emitiu 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, totalizando R\$ 5.500.000 sendo: (i) 112.966 Debêntures da 1ª série no valor total de R\$ 1.129.660; (ii) 426.434 Debêntures da 2ª série no valor total de R\$ 4.264.340; e (iii) 10.600 Debêntures da 3ª série, no valor total de R\$ 106.000. A Controladora, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019 assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apenas as duas últimas séries permanecem ativas;

- Em 12 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples da Cogna, em até 2 (duas) séries, no valor total de até R\$900. milhões. Com relação ao vencimento das emissões, (i) o prazo das Debêntures da Primeira Série será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2024, considerando a remuneração de CDI+2,6%; e (ii) o prazo das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2026, considerando a remuneração de CDI+2,95%.

- Em 30 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A., no valor de R\$ 500 milhões. As debêntures terão vencimento final em 2024, sendo que o pagamento de principal ocorrerá somente neste vencimento, e os juros devidos calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto.

- Em 19 de novembro de 2021, a Companhia através de sua controlada Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Aesapar"), realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$500 milhões. As debêntures terão vencimento final em 2026, sendo que o pagamento de principal ocorrerá em duas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

parcelas, e os juros devidos calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto.

- Em 01 de agosto de 2022, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor total de R\$500.000.000, sendo a primeira série remunerada pela taxa CDI, e as outras duas séries remuneradas pelo IPCA. A operação foi securitizada através de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI's"). Concomitantemente, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção das flutuações que possam ocorrer nas duas últimas séries, as quais são remuneradas pelo IPCA, convertendo em juros correspondentes a CDI+ 2,10% e CDI + 2.59% a.a., respectivamente.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, com o objetivo de proteger sua exposição as variações nas taxas de juros atreladas as debêntures contratadas e atualizadas por IPCA, relacionadas as emissões "COGNA BTG", 2ª e 3ª séries, e "COGNA 2ª emissão de debêntures", 3ª série, mencionadas com maior detalhamento no item (i) dessa seção. Esses instrumentos financeiros derivativos estão representados especificamente por contratos de swap, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As operações com derivativos possuem as seguintes condições e montantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Consolidado								
Operação de swap	Objetivo do derivativo	Remuneração ativo	Remuneração passivo	Valor nominal (R\$)	Vencimento	Ponta ativa (R\$)	Ponta passiva (R\$)	Ganho (perda) (R\$)
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 2ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 7,9273%	CDI + 2,1900%	333.414	16/07/2029	373.353	381.242	(7.889)
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 3ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 8,0031%	CDI + 2,5900%	102.751	15/07/2032	119.129	122.220	(3.091)
COGNA 2ª emissão debêntures 3ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 6,7234%	CDI + 2,1000%	134.813	15/08/2025	139.533	146.607	(7.074)
Total				570.978		632.015	650.069	(18.054)

Ativo não circulante

4.978

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo não circulante

(23.032)

(18.054)

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real e contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores detentores de créditos com garantia real em relação aos demais credores quirografários.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

❖ Emissões “Cogna”, “EDE” e “AESAPAR” (cálculos trimestrais)

As debêntures emitidas pela controladora Cogna e pelas controladas EDE e AESAPAR requerem a manutenção de índices financeiros “*covenants*”, os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da Companhia. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2022. Este índice foi superior à 3,00 consecutivamente em 31/03/2021, necessitando de uma renegociação com os credores. Essa renegociação foi concluída em 05/05/2023 e implicou na desconsideração do ajuste extraordinário de PCLD efetuado em 2020, no valor de R\$ 644 milhões, no cálculo do EBITDA Ajustado. Devido a bancabilidade e credibilidade construída pela empresa, a emissão do CRI no ano de 2022 utilizou o covenant de alavancagem de 3,50, com a mesma memória de cálculo das demais emissões que utilizam o covenant de alavancagem de 3,00.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional. O cálculo de covenants financeiros considera os resultados das operações continuadas e descontinuadas, sendo necessário considerar os efeitos apresentados à nota explicativa 4, em conjunto aos quadros apresentados nas respectivas notas explicativas.

O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,09, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

De acordo com a escrituras de debêntures, com relação as demais obrigações, chamadas não financeiras, a Companhia informa que todas foram atendidas em 31 de dezembro de 2022.

❖ Emissão "Vasta" (cálculo anual)

As debêntures emitidas pela controlada indireta Somos Sistemas requerem a manutenção de índices financeiros covenants, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada ano, e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a:

- (i) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes no 1º (primeiro) ano;
- (ii) 4,00 (quatro) vezes no 2º (segundo) ano;
- (iii) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes no 3º (terceiro) ano, e;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes no 4º (quarto) ano.

Esse índice não pode ser descumprido por 2 períodos consecutivos ou por 3 períodos alternados durante a vigência da Emissão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,74, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. Esse índice foi superado em 31 de dezembro de 2021, sendo o primeiro ano a ter superado o indicador, mas ainda em cumprimento das cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

	Em 31 de dezembro de 2022		
(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Limite disponível	Limite utilizado	% do limite utilizado
Bancos	-	-	0,00%

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações anuais consolidadas auditadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADOS

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A Receita Bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresentamos as principais operações que impactam a Receita Bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Kroton: Corresponde a operação de Ensino Superior Presencial, onde a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam o produto de parcelamento próprio (PEP), aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior à Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino a Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Vasta: Corresponde ao segmento de Educação Básica do Grupo, operado pela controlada direta Vasta Platform Limited, que possui capital aberto na bolsa americana (NASDAQ). A Vasta oferta um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, estruturado em uma Plataforma Integrada de Serviços K-12 & PNLD/Contratos Oficiais, que engloba todos os produtos e serviços oferecidos para escolas parceiras, como: conteúdo físico e digital, assessoria pedagógica, avaliação, treinamento de professores, conteúdo de educação complementar (contraturno), tecnologia educacional, soluções de e-commerce, entre outros serviços.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da Educação Básica são compostas pelos tributos provenientes de nossas operações nos diversos segmentos, como escolas próprias, de idiomas, vendas de sistemas de ensino (ISS, PIS e COFINS), além das devoluções e dos abatimentos de material didático para escolas.

No Ensino Superior, as deduções são provenientes das bolsas do ProUni, concedidas em contrapartida à isenção fiscal de PIS e COFINS sobre a receita de graduação e Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o proporcional de Lucro Líquido da graduação. As demais deduções são provenientes de devoluções e/ou cancelamentos de mensalidades, de tributos sobre os serviços que não graduação (ISS, PIS e COFINS) e descontos condicionais sobre mensalidades e/ou juros sobre mensalidades em atraso.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O custo de produtos vendidos está relacionado aos custos de editoração e impressão de material didático vendido às escolas associadas de Educação Básica bem como no âmbito do PNLD, e é apurado com base nos gastos com materiais e serviços necessários para a confecção das coleções.

O custo de serviços prestados está relacionado aos custos de operação das unidades de Ensino Superior, representados pelos custos de professores, materiais, pessoal técnico, de apoio e pedagógico, aluguel, serviços de terceiros, outros custos operacionais e despesas com depreciação e amortização e é apurado com base nos gastos incorridos para a prestação do serviço.

Despesas/Receitas Operacionais

As nossas despesas operacionais são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas operacionais líquidas, conforme abaixo:

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são compostas de despesas de marketing, direitos autorais, pessoal e provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas abrangem aluguel administrativo, viagens, manutenção, utilidades, serviços de terceiros, serviços de consultoria e despesas com pessoal, que incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal e despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso, além da reversão do AVP. Nas despesas financeiras, temos principalmente os juros sobre empréstimos, juros e mora fiscal e comercial e tarifas bancárias e de cobrança.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de Renda e Contribuição Social

O CSLL é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos definidas atualmente são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

As sociedades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional (presencial e/ou à distância) e graduação tecnológica.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	Varição 2022 x 2021 (%)
Receita Líquida	5.092,2	100,0	4.778,1	100,0	6,6
Kroton	3.346,7	65,7	3.229,3	67,6	3,6
Saber	481,2	9,5	601,4	12,6	(20,0)
Vasta	1.264,3	24,8	947,4	19,8	33,4
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.864,9)	(36,6)	(1.903,7)	(39,8)	(2,0)
Custo dos Produtos Vendidos	(428,6)	(8,4)	(495,0)	(10,4)	(13,4)
Custo dos Serviços Vendidos	(1.436,3)	(28,2)	(1.408,7)	(29,5)	2,0
Lucro Bruto	3.227,3	63,4	2.874,3	60,2	12,3

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas Operacionais	(2.924,0)	(57,4)	(2.795,9)	(58,5)	4,6
Com Vendas	(548,7)	(10,8)	(570,8)	(11,9)	(3,9)
Gerais e Administrativas	(1.709,2)	(33,6)	(1.662,1)	(34,8)	2,8
Provisão para perda esperada	(435,0)	(8,5)	(537,6)	(11,3)	(19,1)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(215,4)	(4,2)	-	-	100,0
Outras receitas operacionais	14,9	0,3	6,0	0,1	147,5
Outras despesas operacionais	(28,7)	(0,6)	(33,1)	(0,7)	(13,2)
Equivalência patrimonial	(1,9)	(0,0)	1,6	0,0	(221,2)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	303,3	6,0	78,4	1,6	286,8
Resultado Financeiro	(895,4)	(17,6)	(583,8)	(12,2)	53,4
Receitas Financeiras	509,9	10,0	309,8	6,5	64,6
Despesas Financeiras	(1.405,3)	(27,6)	(893,6)	(18,7)	57,3
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(592,1)	(11,6)	(505,4)	(10,6)	17,2
Imposto de Renda e Contribuição Social	51,1	1,0	43,8	0,9	16,6
Do período	19,7	0,4	(2,4)	(0,1)	(924,3)
Diferidos	31,4	0,6	46,2	1,0	(32,1)
Lucro Líquido (Prejuízo) Antes das Operações Descontinuadas	(541,0)	(10,6)	(461,5)	(9,7)	17,2
Resultado das Operações Descontinuadas	-	-	(51,5)	(1,1)	(100,0)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(541,0)	(10,6)	(513,0)	(10,7)	5,5

(1) Percentual do total da Receita Líquida.

Receita Líquida

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	Variação 2022 x 2021 (%)
Receita Bruta	6.701,6	131,6	6.328,3	132,4	5,9
Kroton	4.776,3	93,8	4.558,6	95,4	4,8
Saber	504,3	9,9	658,8	13,8	(23,4)
Vasta	1.421,1	27,9	1.110,9	23,3	27,9
Deduções da Receita Bruta	(1.609,4)	(31,6)	(1.550,2)	(32,4)	3,8
Kroton	(1.429,6)	(28,1)	(1.329,3)	(27,8)	7,5

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Saber	(23,1)	(0,5)	(57,4)	(1,2)	(59,9)
Vasta	(156,8)	(3,1)	(163,5)	(3,4)	(4,1)
Receita Líquida	5.092,2	100,0	4.778,1	100,0	6,6
Kroton	3.346,7	65,7	3.229,3	67,6	3,6
Saber	481,2	9,5	601,4	12,6	(20,0)
Vasta	1.264,3	24,8	947,4	19,8	33,4

(1) Percentual do total da Receita Líquida.

Receita Bruta

- Kroton**

A Receita Bruta do segmento Kroton no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.776,3 milhões comparado a R\$ 4.558,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 4,8%, acompanhando o crescimento na base de alunos principalmente na modalidade de baixa presencialidade.

- Saber**

A Receita Bruta da Saber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 504,3 milhões, comparado a R\$ 658,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, uma redução de 23,4%, principalmente decorrente da sazonalidade do ciclo comercial do PNLD.

- Vasta**

A Receita Bruta da Vasta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.421,1 milhões, comparado a R\$ 1.110,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com um aumento de 27,9%.

Receita Líquida

A Receita Líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.092,2 milhões, comparado a R\$ 4.778,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 6,6%, decorrente dos fatores mencionados anteriormente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 428,6 milhões comparados a R\$ 495 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, redução de 13,4%, resultado principalmente de uma melhora nos custos editoriais.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 1.436,3 milhões comparados a R\$ 1.408,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 2%, e tendo como principais impactos o aumento nas despesas com folha de pagamento, e uma menor reversão das contingências assumidas em combinações de negócios.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 3.227,3 milhões comparado a R\$ 2.874,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com aumento de 12,3% decorrente dos fatores mencionados anteriormente.

Despesas Operacionais

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para perda esperada ("PCLD"), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$ 983,7 milhões, comparados a R\$ 1.108,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com uma redução de 11,2%, impactado pela melhora na adimplência que refletiu em uma menor provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no ensino superior pagante e nos produtos de parcelamento (PEP/PMT) comparado ao ano de 2021.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 1.709,2 milhões comparados a R\$ 1.662,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 2,8%.

- **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, e em decorrência do aumento na taxa de juros, refletida na taxa de desconto aplicada (WACC) e revisão estratégica nos modelos de longo prazo desses negócios, foi verificado necessidade de reconhecimento de perda na unidade geradora de caixa Saber no montante total de R\$ 215,4 milhões, sendo composto pelas operações de: SETS, no montante de R\$ 120,3 milhões, e Idiomas, no montante de R\$ 95,1 milhões.

- **Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas**

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 obteve despesa de R\$ 13,8 milhões comparado a de R\$ 27,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, resultando de uma redução de despesa de 51,1% impactado, principalmente pelo resultado na venda dos ativos imobilizados, incluindo IFRS16.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 509,9 milhões, comparados a R\$ 309,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 64,6% devido ao aumento do rendimento sobre aplicações financeiras e títulos e valores imobiliários, em contrapartida a uma leve redução no volume de juros sobre mensalidades.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 1.405,3 milhões, comparados a R\$ 893,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 2021, aumento de 57,3% devido principalmente aos encargos financeiros relacionados as debêntures que aumentaram 24,4%.

Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi prejuízo de R\$ 592,1 milhões, comparado a R\$ 505,4 milhões de prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento do prejuízo entre os períodos está evidenciado pelas informações supracitadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 obteve uma receita de R\$ 19,7 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 2,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, redução de R\$ 22,1 milhões. Esse impacto é principalmente derivado das provisões para contingências tributárias atreladas as recuperações fiscais de impostos. Com relação ao imposto de renda e contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2022 obtivemos uma receita de R\$ 31,4 milhões comparado a R\$ 46,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, redução de 32,1%.

Prejuízo do exercício

O prejuízo consolidado do exercício foi de R\$ 541 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a um prejuízo de R\$ 513,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As variações decorrem das explicações supracitadas.

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(em R\$ milhões)	31 de dezembro de		Variação 2022 x 2021 (%)
	2022	2021	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(592,1)	(505,4)	15,9
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	451,9	489,0	(7,6)
Depreciação IFRS-16	211,7	188,6	12,2
Amortização mais valia ágio alocado	260,7	275,5	(5,4)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Amortização mais valia de estoques	2,1	1,5	41,8
Amortização do livro digital	6,2	-	-
Custos editoriais	93,9	117,5	(20,0)
Provisão para perda esperada	435,0	537,6	(19,1)
Ajuste a valor presente do contas a receber	(6,6)	(6,5)	1,7
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(64,8)	(242,3)	(73,3)
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	29,4	18,3	60,7
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas	(10,2)	(2,0)	400,5
Encargos financeiros	1.252,8	831,1	50,7
Outorga de opções de ações	34,2	11,7	192,3
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	14,1	0,0	-
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	215,4	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(335,5)	(126,3)	165,6
Equivalência patrimonial	1,9	(1,6)	(221,2)
Resultado de operações com derivativos	18,1	-	-

Variações nos ativos e passivos operacionais:

(Aumento) redução em contas a receber	(461,1)	(467,5)	(1,4)
(Aumento) redução em estoques	(202,4)	(135,4)	47,3
(Aumento) redução em adiantamentos	31,2	(61,2)	(151,0)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(64,0)	37,3	(296,7)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	4,4	17,0	(74,1)
(Aumento) redução em outros créditos	14,0	(6,4)	(320,2)
(Redução) aumento em fornecedores	15,9	115,5	(86,3)
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado	3,3	25,3	(87,0)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	(0,1)	69,6	(100,1)
(Redução) aumento em tributos a pagar	(53,2)	89,0	(159,8)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	16,6	(20,7)	(180,2)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados	(0,0)	(7,5)	(99,8)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(108,2)	(153,2)	(29,4)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar	(34,2)	(4,2)	719,3

Caixa gerado pelas operações

Caixa gerado pelas operações	1.189,9	1.084,5	8,8
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36,8)	(44,5)	(38,5)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	(296,0)	(292,3)	1,2
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(739,7)	(244,0)	203,2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	117,3	503,6	(76,7)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

(Investimento) resgate de títulos e valores mobiliários	715,9	(321,6)	(322,6)
Adições ao imobilizado	(148,1)	(133,3)	11,1
Adições ao intangível	(293,5)	(248,4)	18,1
Caixa adquirido em combinação de negócio	0,4	-	-
Pagamentos por aquisição de controladas	(29,2)	(183,1)	(84,0)
Recebimento pela venda de controladas	191,1	183,1	4,4
Recebimento de dividendos	3,2	-	-
Recebimento de valores cedidos em caixa a Controladas	-	309,8	(100,0)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	439,8	(393,6)	(211,7)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recompra de ações	(18,8)	-	-
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	(3,6)	(5,1)	(28,4)
Recompra de debêntures	(348,9)	-	-
Participação de não controladores	-	(8,1)	(100,0)
Custos de repactuação das debêntures	(19,9)	(62,6)	(68,2)
Emissão Debêntures	500,0	1.900,0	(73,7)
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(141,0)	(121,6)	15,9
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures	(1.859,5)	(2.356,1)	(19,9)
Parcelas pagas em aquisição de empresas	(116,3)	(60,3)	92,7

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.036,8)	(713,9)	185,3
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.479,7)	(603,9)	(145,0)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.601,5	2.205,3	(27,4)
Caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas no fim do exercício	121,8	1.601,5	(92,4)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.479,7)	(603,9)	(145,0)

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

A geração de caixa líquida nas atividades operacionais apresentou redução de R\$ 386,3 milhões, substancialmente em decorrência do: (i) Maior volume de pagamentos de juros de debêntures comparado com 2021 em R\$ 495,7 milhões, e (ii) aumento no volume de tributos a recuperar, em comparação ao último ano, no montante de R\$ 110,7 milhões. Esses movimentos foram parcialmente compensados por um menor pagamento de juros de contingências, no montante de R\$ 45 milhões, e redução nos tributos a pagar em comparação ao último ano, com variação total de R\$ 142,2 milhões.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

O caixa líquido das atividades de investimento apresentou redução de R\$ 833,4 milhões, passando de um caixa aplicado de R\$ 393,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para um caixa gerado de R\$ 439,8, milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, substancialmente em decorrência do resgate das aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, para quitação das debentures com vencimento no ano.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou uma redução de R\$1.322,9 milhões na comparação entre os anos, principalmente pelas captações de debêntures que ocorreram em 2021 (R\$ 1,9 bilhão), e que suavizaram os efeitos de pagamento das dívidas ocorrida nos dois exercícios. Adicionalmente, houve recompra de debentures a mercado durante o

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ano de 2022, no montante de R\$ 348,9 milhões. Esse impacto foi reduzido pela emissão de nova debentures em 2022 no montante de R\$ 500 milhões.

Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a aplicação em caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 1.479,7 milhões, frente a uma aplicação de caixa e equivalente de caixa de R\$603,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação entre os períodos é explicada pelas informações supracitadas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 2.2 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresentamos as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Corresponde a operação de Ensino Superior Presencial, onde a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam o produto de parcelamento próprio (PEP), aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior à Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino a Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Vasta: Corresponde ao segmento do Grupo Cogna que atende o mercado B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo. Nesse sentido, ofertamos um portfólio de soluções educacionais completo e integrado,

2.2 Resultados operacional e financeiro

estruturado em uma Plataforma Integrada de Serviços K-12, que engloba todos os produtos e serviços.

Saber: Composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos e OAB e ensinos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a operação que presta serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*), e participando do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Adicionalmente, inclui os serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon").

A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	Variação 2022 x 2021 (%)
Receita Bruta	6.701,6	131,6	6.328,3	132,4	5,9
Kroton	4.776,3	93,8	4.558,6	95,4	4,8
Saber	504,3	9,9	658,8	13,8	(23,4)
Vasta	1.421,1	27,9	1.110,9	23,3	27,9
Deduções da Receita Bruta	(1.609,4)	(31,6)	(1.550,2)	(32,4)	3,8
Kroton	(1.429,6)	(28,1)	(1.329,3)	(27,8)	7,5
Saber	(23,1)	(0,5)	(57,4)	(1,2)	(59,9)
Vasta	(156,8)	(3,1)	(163,5)	(3,4)	(4,1)
Receita Líquida	5.092,2	100,0	4.778,1	100,0	6,6
Kroton	3.346,7	65,7	3.229,3	67,6	3,6
Saber	481,2	9,5	601,4	12,6	(20,0)
Vasta	1.264,3	24,8	947,4	19,8	33,4

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os nossos Diretores entendem que os resultados de nossas operações foram impactados por alguns fatores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Descrevemos a seguir o principal impacto identificado para o exercício:

2.2 Resultados operacional e financeiro

"Impairment" do valor recuperável por modalidade

A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, e em decorrência do aumento na taxa de juros, refletida na taxa de desconto aplicada (WACC) e revisão estratégica nos modelos de longo prazo desses negócios, foi verificada necessidade de reconhecimento de perda na unidade geradora de caixa Saber no montante total de R\$ 215.434, sendo composto pelas operações de: (i) SETS, no montante de R\$ 120.296, sendo R\$113.847 relacionado as mais valias do ágio, e R\$ 6.449 em demais intangíveis, e (ii) Idiomas, no montante de R\$ 95.138.

As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

2.2 Resultados operacional e financeiro

Premissa	Kroton	Vasta	SABER		
			Idiomas	PNLD	SETS
quantidade de alunos - base, captação e evasão	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 13,41% (anteriormente apresentado 12,30%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,10% (anteriormente apresentado 10,81%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).
	2. Crescimento no ticket médio de calouros presencial alinhado com a expectativa de inflação a partir de 2025 e meia inflação no EAD. O ticket médio de veteranos apresenta um crescimento acima da inflação, 3% conforme ajuste já praticado.	2. A Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 14%, com crescimento pautado em sistemas de ensino, soluções complementares e digital service.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 11% (anteriormente 10,8%), principalmente pelo aumento dos alunos em English Solution B2B	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 3% (anteriormente 6,9%) seguindo a sazonalidade do produto	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 6% (anteriormente 10,6%), principalmente pelo aumento da venda de livros digitais.
	3. Crescimento na captação EAD com CAGR de 7% entre 2023 e 2026 e no Presencial com CAGR de 3% entre 2023 e 2026.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 21% e aumento de margem EBITDA.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 17% (anteriormente 18,4%), com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 6% (anteriormente 16,3%), com mudança de mix de produtos.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 21% (anteriormente 31%), com redução dos custos diretos relacionado a redução dos livros físicos por livros digitais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os nossos Diretores entendem que o principal fator de impacto as receitas são decorrentes da inflação. Historicamente, reajustamos os preços das mensalidades e demais taxas em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares (Lei nº 9.870/99). Mitigamos também o impacto da inflação através de outras medidas, como o enobrecimento no *mix* de cursos no Ensino Superior, que possuem *tickets* médios maiores, incluindo cursos de Saúde e Engenharias.

Caso não consigamos mitigar o impacto do aumento no preço dos insumos, sofreremos uma redução de margem. Adicionalmente, cabe ressaltar que um aumento significativo na inflação pode reduzir o poder de consumo de nossos alunos e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento das mensalidades escolares.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os nossos Diretores informam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados por fatores diversos, como: (i) inflação; (ii) preços dos insumos necessários para a produção de livros didáticos; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro; e (iv) o nível de renda da população.

Apresentamos abaixo as principais premissas identificadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021	2020
Crescimento do PIB (em %) ⁽¹⁾	2,9	4,6	-4,1
Inflação (IGP-M) (em %) ⁽²⁾	5,5	17,8	23,1
Inflação (IPCA) (em %) ⁽³⁾	5,8	10,1	4,5
CDI (em %) ⁽⁴⁾	12,4	4,4	2,8
TJLP (em %) ⁽⁵⁾	6,8	4,8	4,9
Taxa SELIC (em %)	13,7	9,2	1,9
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (em %)	6,9	-6,9	-22,4
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	5,2	5,6	5,2

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

⁽¹⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país.

⁽²⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 A inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

⁽³⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

⁽⁴⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, e anualizado. O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

⁽⁵⁾ Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

• *Inflação e Preço de Insumos*

Como mencionado no item (i) dessa seção, entendemos que o principal fator de impacto a nossos resultados é a inflação, já que influencia diretamente em nossos custos e despesas operacionais, ambos normalmente corrigidos por índices que refletem a oscilações inflacionárias, geralmente indexados ao IGP-M ou IPCA.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Da mesma forma, os preços dos nossos insumos sofrem efeitos da inflação. Na Educação Básica, tivemos o impacto da variação de preços dos insumos que são necessários para a produção de livros didáticos, no qual foi compensada com o reajuste realizado no valor cobrado das nossas escolas associadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram parcialmente repassados às mensalidades segundo a Lei das Mensalidades Escolares, equilibrando nossos resultados e limitando os efeitos da inflação. A maior parte dos nossos custos e despesas são representados por folha de pagamento (principalmente professores), que anualmente são reajustados segundo à convenção coletiva da categoria profissional em cada região em que nós atuamos no caso de nossos funcionários, e índices de inflação ou de mercado (como o CDI) que corrigem nossos contratos de aluguel. Nossos insumos não sofreram alterações significativas para o exercício de 2022, que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

- *Taxa de Juros e de Câmbio*

Os nossos Diretores entendem que estamos expostos a possíveis impactos originados pelas variações da taxa de juros. Contudo, nos últimos exercícios sociais potenciais variações incorridas tiveram um efeito imaterial no resultado financeiro, decorrente do perfil de saldo de caixa e endividamento da Companhia.

Um aumento na taxa de juros pode diminuir o poder de consumo do nosso aluno, o que pode gerar um impacto na renda destinada por ele à educação, afetando as nossas receitas.

A maior parcela de nossa dívida está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. Este indexador apresentou um aumento em 2022, e sendo assim, nosso resultado financeiro líquido obteve um aumento quando comparado a 31 de dezembro de 2021, em decorrência de um maior juro provisionado no período, e adicionalmente pela captação ocorrida no ano.

Cabe ressaltar que as variações no câmbio não nos afetam diretamente, pois não possuímos títulos de dívida e recebíveis emitidos em moeda estrangeira, além de nenhum dos nossos custos ser atrelado diretamente a moeda estrangeira.

- *Taxa de Desemprego no Brasil*

Considerando que a maior parte dos nossos alunos trabalham durante o dia e estudam à noite, uma piora na taxa de desemprego pode afetar negativamente nossos resultados, pois grande parte destes alunos depende de sua renda para pagar as mensalidades. Essa taxa impacta nossos indicadores de evasão, adimplência, captação e retenção de alunos. Em 31 de dezembro de 2022,

2.2 Resultados operacional e financeiro

o nível de desemprego obteve uma queda, encerrando o período em 7,9%, impactando 8,6 milhões de brasileiros.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os nossos Diretores informam que não houve mudanças nas práticas contábeis que afetem significativamente as informações presentes nos itens 2.1 e 2.2 acima. Adicionalmente, temos novas normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não aplicáveis ao período aqui informado, as quais destacamos a seguir:

CPC 50 / IFRS 17 – Contrato de Seguros

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

Este pronunciamento é aplicável aos exercícios de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação.

Alterações à CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. Este pronunciamento é aplicável aos exercícios de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os nossos diretores informam que não houve ênfase apresentada no parecer do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 2.4 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os nossos Diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, se faz importante mencionar que a Companhia decidiu por unificar alguns de seus segmentos operacionais durante o ano de 2022, com objetivo de otimizar suas divulgações. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia analisava seus negócios em 5 segmentos operacionais, sendo (i) Kroton, (ii) Platos, (iii) Vasta, (iv) Saber, e (v) Outros. Considerando a unificação dos segmentos, passamos a possuir apenas 3 segmentos, que consideram: a) unificação de Kroton e Platos, e b) consolidação da unidade de negócio Outros dentro de Saber. Assim sendo, a estrutura de segmentação da Companhia ficou definida conforme descrito abaixo:

(i) **Kroton:** Considera a vertical de B2C (*Business to consumer*) de Ensino Superior que atua nas modalidades presencial e à distância (EAD), e a vertical B2B2C (*Business to Business to Consumer*) do Ensino Superior, que oferta produtos e serviços de Educação Continuada, nas modalidades presencial e EAD. Os resultados operacionais são regularmente analisados pelo principal gestor desse segmento considerando a totalidade dos negócios registrados, mesmo para as modalidades presencial e EAD. Apesar da receita dessas duas modalidades ter origens distintas, os custos estão totalmente compartilhados, considerando que mesmo para os cursos presenciais já tem mais de 30% de matérias sendo realizadas pelo aluno na modalidade a distância, além disso as unidades presenciais são utilizadas como polos à distância e compartilha os gestores e times administrativos;

(ii) **Vasta:** Composto pela vertical que atende ao mercado B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo;

(iii) **Saber:** Composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos e OAB e ensinamentos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a operação que presta serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*), e participando do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Adicionalmente, inclui os serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon").

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

• Aquisições realizadas em 2022

A Companhia, através de sua controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A ("Somos"), realizou a aquisição de 100% da participação societária no capital social das empresas Phidelis Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. e MVP Consultoria e Sistemas Ltda., ("Phidellis"), em 17 de janeiro de 2022. A Phidelis é uma plataforma de gestão acadêmica que oferece desenvolvimento e licenciamento de software, além do gerenciamento de mensagens, retenção de alunos, matrícula e inadimplência. A Companhia pagará o valor fixo de R\$ 17.057, sendo R\$ 8.854 pagos à vista na data da aquisição e o restante de R\$ 8.203 a ser pago em 2 anos, e pagamento variável de R\$ 4.909 em 3 parcelas corrigidas pelo IPCA, vinculadas ao atingimento de metas de desempenho entre 2022 e 2025.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial, na data dessa aquisição:

	MVP	Phidelis	Consolidado Total das combinações
Ativo circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	217	162	379
Contas a receber	131	65	196
Tributos a recuperar	5	1	6
Total ativo circulante	353	228	581
Ativo não circulante			
Imobilizado	72	-	72
Intangíveis	5.014	2.044	7.058
Licença de softwares	2.702	523	3.225
Carteira de Clientes	2.312	1.521	3.833
Total ativo não circulante	5.086	2.044	7.130
Total do ativo	5.439	2.272	7.711
Passivo circulante			
Obrigações trabalhistas	6	24	30
Obrigações tributárias	90	34	124
Demais contas a pagar	10	2	12
Total passivo circulante	106	60	166
Passivo não circulante			
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	2.504	-	2.504
Total passivo circulante	2.504	-	2.504
Total do passivo	2.610	60	2.670
Patrimônio líquido	2.829	2.212	5.041
Preço de Aquisição	18.366	3.600	21.966
Goodwill	15.537	1.388	16.925

c. Eventos ou operações não usuais

Os nossos Diretores informam que não houve eventos ou operações não usuais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA – *Earnings Before interest, taxes, depreciation and amortization*, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 156, de 23 de junho de 2022 ([“Resolução CVM 156”](#)), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e das depreciações e amortizações. A margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida. O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil calculado por meio da exclusão das receitas, custos ou despesas que a Companhia julga não serem potenciais geradores de caixa, sendo tais impactos não usuais ao resultado. Estes valores são compostos substancialmente pelos resultados advindos das empresas adquiridas, dos projetos de integração e planos de trabalho, e dos custos para desmobilização de unidades. Adicionalmente, a Companhia realiza a adição dos juros sobre mensalidades pagas em atraso, ao cálculo do EBITDA, visto que tal operação tem maior caráter operacional do que propriamente financeiro. A margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, a margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são: (i) medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

Apresentamos abaixo o valor do EBITDA e do EBITDA Ajustado, bem como da margem EBITDA e da margem EBITDA Ajustado:

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	1.227,7	1.141,1	(4.142,5)
EBITDA ajustado	1.590,2	1.435,3	2.708,9
Margem EBITDA	24,1%	23,9%	-78,6%
Margem EBITDA ajustado	31,2%	30,0%	51,4%

- b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Apresentamos abaixo o nosso EBITDA e EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	(541,0)	(513,0)	(5.805,8)

2.5 Medições não contábeis

(+) Imposto de renda e contribuição social	(51,1)	(38,4)	(163,4)
(+) Resultado financeiro	895,4	647,3	673,6
(+) Depreciação e amortização	924,2	1.045,1	1.153,0
EBITDA	1.227,7	1.141,1	(4.142,5)
Juros sobre mensalidades ⁽ⁱ⁾	92,0	141,3	130,7
Outros ajustes	270,5	153,0	286,8
Rescisões ⁽ⁱⁱ⁾	60,4	58,4	87,9
Reestruturação de Unidades ⁽ⁱⁱⁱ⁾	19,0	0,0	0,0
Custos de M&A e Expansão ^(iv)	17,6	88,7	140,6
Campus do Futuro	0,0	161,1	318,6
Outros projetos ^(v)	238,6	205,7	4.520,4
Ganho de Capital – venda de sociedades controladas ^(vi)	0,0	(215,2)	6,9
Provisões/Reversões de Contingências	(65,2)	(145,7)	(159,6)
EBITDA ajustado	1.590,2	1.435,3	2.708,9

⁽ⁱ⁾ Para fins gerenciais a Companhia adiciona, ao EBITDA Ajustado, os juros sobre mensalidades dos alunos, visto que tais cobranças tem maior caráter operacional do que propriamente financeiro.

⁽ⁱⁱ⁾ Corresponde aos efeitos de rescisões resultantes das aquisições de novas empresas, e também da redução de carga horária dos professores, fruto das iniciativas para aumento de eficiência.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Corresponde aos custos decorrentes das aquisições e/ou integrações de empresas, além dos envolvidos em projetos de expansão.

^(iv) Corresponde a readequação do ensino superior da Companhia com o crescimento da Kroton Digital e turnaround da Kroton Campus.

^(v) Corresponde aos demais projetos de integração da Companhia, atrelados as diversas iniciativas relacionadas a transformação digital e aos planos de trabalho e planejamento estratégico, que resultou em reconhecimento de impairment do ágio em virtude da revisão no modelo de longo prazo da realização dos ativos.

^(vi) Corresponde ao ganho obtido na venda da participação na empresa SOE Operações Escolares S.A. e de suas controladas, durante o ano de 2021.

Apresentamos a seguir a margem EBITDA e margem EBITDA ajustado que são resultantes, respectivamente, da divisão do EBITDA ou do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida.

(Em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	5.092,2	4.778,1	5.269,1
Margem EBITDA	24,2%	23,9%	-78,6%
Margem EBITDA ajustado	31,4%	30,0%	51,4%

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida (Caixa) Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras e visa demonstrar o cálculo entre os empréstimos (circulante e não circulante), menos o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras (circulante e não circulante). Na gestão dos negócios da Companhia a dívida líquida (ativos financeiros líquidos) é uma medida utilizada para avaliar nossa posição financeira.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da dívida líquida para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos e debêntures – circulante	2.038,3	2.120,6	2.049,0
Empréstimos e financiamentos e debêntures – não circulante	3.152,9	4.745,8	5.172,2
Dívida Bruta	5.191,2	6.866,4	7.221,2
Caixa e equivalentes de caixa	(121,8)	(1.601,5)	(2.205,3)
Títulos e valores mobiliários	(2.059,1)	(2.439,4)	(1.991,5)
Disponibilidades	(2.180,8)	(4.040,9)	(4.196,8)
Dívida (Caixa) Líquida	3.010,3	2.825,5	3.024,4

2.5 Medições não contábeis

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

O EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como ferramentas significativas para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas utilizadas pelo mercado para efeito comparativo com outras instituições do setor educacional, apesar de outras empresas poderem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós.

No entanto, uma vez que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

Sem prejuízo do acima exposto, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado permitem uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro.

Conforme art. 4º da Resolução CVM 156/22 a Companhia pode divulgar o EBITDA ajustado, excluindo itens que contribuam potencial de geração bruta de caixa. Neste sentido, a Companhia entende apropriada a apresentação deste indicador por permitir melhor compreensão dos números financeiros, visto que o EBITDA Ajustado desconsidera os eventos que a Companhia entende não serem potenciais geradores de caixa.

Com relação as margens EBITDA e EBITDA Ajustado, acreditamos que sua apresentação possibilita demonstrar a efetiva geração de resultados da Companhia, considerando como base a receita líquida gerada pelos nossos negócios. Tal indicador permite uma visão clara da lucratividade operacional da Companhia, desconsiderando os custos e despesas necessários a operação, possibilitando maior demonstração da eficiência de gestão do nosso negócio, e sendo de grande importância na tomada de decisão por nossos diretores.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação da sua posição financeira e do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Acreditamos que essa medida funciona como uma ferramenta importante para acompanhar e comparar periodicamente a posição financeira da Companhia, bem como, para fundamentar determinadas decisões gerenciais.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Apresentamos abaixo os eventos subsequentes às nossas informações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 23 de março de 2023. Desse modo, estes itens descritos abaixo elas não refletem eventos posteriores a essa data.

Aquisição de debêntures privadas

Em 27 de janeiro de 2023, a Companhia realizou a 9ª emissão de debentures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$500 milhões sendo remunerada pela taxa CDI+2,15a.a., e com prazo de vencimento em 20 de janeiro de 2026. A parcela principal será quitada no vencimento da dívida, e os juros serão pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho.

Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados para alongamento do passivo financeiro e reforço de capital de giro da Companhia.

Recompra de debêntures

Seguindo seu planejamento financeiro, em acordo com a gestão de seu caixa, e a estratégia de *liability management*, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2023 a Companhia realizou a recompra de 199.403 debêntures, todas de emissão própria, que totalizaram o montante de R\$ 1.041,8 milhões. A taxa de remuneração da recompra é de CDI+1%a.a.

Recompra de ações

A Companhia, seguindo o plano de recompra de ações que foi aprovado pela Administração em 10 de fevereiro de 2022, realizou a recompra de 7.045.600 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, a serem mantidas em tesouraria, nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, considerando um valor médio de R\$ 2,19, e que totalizaram o montante de R\$ 15.459 mil.

Com essa movimentação, a Companhia informa que concluiu seu plano de recompra de ações, que possuía vencimento de 1 ano a contar de sua aprovação.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com nosso Estatuto Social, devemos deduzir dos resultados do exercício social os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuições sociais. Após tais deduções e antes de qualquer outra destinação, 5% do lucro líquido remanescente deverá ser destinado à constituição de reserva legal, limitados a 20% do nosso capital social.</p> <p>Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, que não excederá o valor do capital social, em importância não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido de cada exercício social.</p>
a.i Valores das Retenções de Lucros	Não houve constituição de reserva legal e reserva de investimentos em virtude do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	De acordo com nosso Estatuto, o percentual destinado a reserva legal, no exercício, é de 5% e à reserva para investimentos de 57%.
(b) Valores das retenções de lucros	Não houve constituição de reserva legal e reserva de investimentos, em virtude do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
(c) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas.</p> <p>A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do mínimo obrigatório, exige aprovação por maioria de votos de acionistas titulares das ações com direito a voto em circulação. No entanto, nos termos do artigo 202, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de dividendo não será obrigatória no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a nossa situação financeira. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e nossos administradores deverão encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral, a exposição justificativa de tal informação. Dentro do contexto do nosso planejamento tributário, poderá ser benéfico o pagamento de juros sobre o capital próprio ao invés do pagamento de alguns ou todos os seus dividendos anuais.</p> <p>Todos os titulares de ações, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento, ressalvando-se que, nos termos do artigo 30, §4º da Lei das Sociedades por Ações, as ações adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento não farão jus a</p>

2.7 Destinação de resultados

	2022
	<p>dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após o qual os valores dos dividendos ou juros sobre o capital próprio não reclamados serão revertidos em nosso favor.</p> <p>Ressaltamos ainda que o nosso Estatuto Social dispõe da prerrogativa da distribuição de dividendos intermediários, cujas características serão ilustradas no item 3.4 (d) abaixo.</p>
(d) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do nosso Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários baseado em balanços trimestrais ou semestrais, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de nosso capital.
(e) Restrições à distribuição de dividendos	A Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Nosso Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão de suas atividades e de suas sociedades Controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, ou criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimento. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social. A legislação pertinente prevê ainda que parcela do lucro, mediante proposta realizada pelos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas de contingências ou poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado. A Lei das Sociedades por Ações permite, também, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a assembleia geral aprove a recomendação dos órgãos da administração no sentido de que a distribuição seria incompatível com a nossa condição financeira. O conselho fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da administração. Nessa hipótese, nossa Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral, a justificativa da suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos

2.7 Destinação de resultados

	2022
	subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita.
(e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Nossa política de destinação de resultados foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2022, e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (ri.cogna.com.br/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista em que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Na presente data, não possuímos contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iii. Contratos de construção não terminada

Não possuímos contratos de construção não terminada.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não possuímos contratos de construção não terminada.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os nossos Diretores informam que não detemos outros itens que não estejam registrados nas nossas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

- **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Com a aplicação da norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16), desde 1º de janeiro de 2019, temos impacto nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente dos arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), os quais mantiveram o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

b. **Natureza e o propósito da operação**

A Companhia e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos e imóveis, onde estão localizadas suas instituições de ensino superior (Graduação e Pós-graduação), além das escolas de idiomas. Após a aplicação da norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019, tais compromissos passaram a ser registrados no balanço patrimonial da Companhia, exceto os de curto prazo e baixo valor, que permaneceram sendo alocados às despesas de arrendamentos no resultado, conforme explicação apresentada no item 2.8 (a), visto que tais compromissos não são aplicáveis a norma contábil do CPC 06 / IFRS 16. Além disso, ressaltamos que o seu reconhecimento contábil é registrado no mês de competência.

c. **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os arrendamentos mercantis fora do escopo da nova norma, relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, totalizaram R\$19.136 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os nossos Diretores informam que a Companhia está investindo atualmente no Programa de Transformação Kroton (PTK), um conjunto soluções digitais com foco na vida acadêmica e financeira do aluno, e o desenvolvimento de novos produtos voltados para a ambidestria (inovação). Adicionalmente, realizamos a aquisição de Chromebook para o Learning Book, solução inovadora da Vasta para a evolução do processo de aprender e ensinar.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Nos últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia tem sido: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de debêntures.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Acreditando no poder transformador da educação, também buscamos impactar positivamente a sociedade e o planeta ao estimularmos o conhecimento socioambiental. Desde 2021, Impacto Social e ASG são considerados um dos direcionadores estratégicos da Companhia, demonstrando que o nosso compromisso com a agenda não é pontual, correspondendo a um avanço da maturidade da agenda na organização.

A agenda ASG permeia, dessa maneira, também nossos produtos e serviços. Na vertente da educação básica, a sustentabilidade faz parte de uma das soluções complementares do portfólio da SOMOS: o STEM Connect – Discovery Education, ação interdisciplinar que propõe a resolução de desafios reais aos estudantes e estimula o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração. As atividades estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além dele, o Líder em Mim desenvolve as capacidades socioemocionais dos alunos, trabalhando temas ligados à cidadania de forma ampla. Tanto o STEM quanto o Líder em Mim estão disponíveis na Plurall Store. Já na vertente de educação superior, a Cogna oferece mais de 170 cursos de graduação e pós-graduação ligados à temática ASG, a exemplo da graduação em gestão ambiental, do MBA em avaliação, perícia e auditoria ambiental e do MBA em ESG – um dos primeiros do Brasil a trabalhar a temática. Também contamos com três linhas de pesquisa na pós-graduação stricto sensu: ciências ambientais, ambiente e saúde; e meio ambiente e desenvolvimento regional. Também contamos em todos os cursos do ensino superior com uma disciplina dedicada à intervenção social, chamada Sociedade Brasileira e Cidadania – que promove ações de voluntariado, contribuindo o desenvolvimento local, ao mesmo tempo que habilidades socioemocionais de nossos alunos são trabalhadas.

O objetivo é utilizar nossa expertise e estrutura de ensino para ampliar a consciência dos nossos principais stakeholders para as questões ambientais. Isso inclui conteúdos de cursos livres, pós-graduação, palestras e rodas de conversa, por exemplo. Entre as ações já previstas, ofereceremos cursos e trilhas formativas na Universidade Corporativa para nossos colaboradores, cursos gratuitos e abertos à comunidade em geral, bem como para professores e alunos da rede pública. Além disso, no Ensino Superior mantemos mais de 170 cursos de graduação e pós-graduação relacionados a temáticas ambientais, possuímos de três linhas de pesquisa na pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) que produzem conhecimento técnico e científico sobre a agenda ambiental.

Identifica-se a partir destas possibilidades, o potencial de desenvolvimento de novos cursos ligados as temáticas de ASG, além da possibilidade de lançamento de publicações no tema a partir de nossas editoras.

Em 2022, também alcançamos maturidade para ser uma organização ambidestra: aquela que ao mesmo tempo é capaz de pensar e entregar valor no negócio principal (business as usual) e que consegue desenvolver novas frentes de crescimento por meio de teses (projetos que são testados para construir o futuro da companhia), ambos alinhados ao propósito da Companhia, de impulsionar as pessoas para que sejam uma melhor versão de si.

As teses visam criar o futuro da educação e são centradas na inovação do nosso negócio, e tem como princípio potencializar as externalidades positivas, reduzir e ou mitigar as externalidades

2.10 Planos de negócios

negativas do negócio, a partir da identificação de demandas da sociedade – sempre avaliadas sobre o olhar de aspectos ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que tenham influência relevante.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração em 2018 e divulgada ao público, em consonância com a normativa CVM 552 e atualizações da Regulamentação do Novo Mercado. O documento estabelece conceitos, abordagens, princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos da Kroton e suas subsidiárias, de forma a implantar na Companhia processo adequado de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos principais riscos capazes de impedir o atingimento de seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

A metodologia estabelecida pela Política de Gestão de Riscos é orientada pelas melhores práticas do COSO-ERM (*Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework*) e ISO31000/2018, e passou por processo de benchmarking junto à empresa "Big Four", que validou a estratégia adotada pela Companhia.

b) Objetivos e Estratégias da política de gerenciamento de riscos

i) Riscos para os quais se busca proteção

Nós estamos expostos aos riscos gerais de mercado e adotamos planos de ação para tentar mitigá-los. Entre estes riscos estão (i) a inflação que pode afetar nossa estrutura de custos (preço de insumos para educação básica, aluguel de imóveis e salário de professores), (ii) as oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o nosso ativo e passivo; e (iii) a perda de poder de compra do consumidor, que pode afetar nossos níveis de inadimplência, evasão e captação de novos alunos para o ensino superior. Não possuímos exposição cambial, já que nossas receitas e nossos custos diretos não são atreladas a moedas estrangeiras, bem como não contraímos dívidas em moeda estrangeira.

Em relação à inflação, nós temos conseguido administrar tais riscos com o reajuste anual médio de nossas mensalidades em linha com a inflação dos nossos principais custos, bem como do preço das coleções de educação básica.

Adicionalmente, monitoramos continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ainda, restringimos nossa exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando nossos investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

ii) Instrumentos utilizados para a proteção

Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

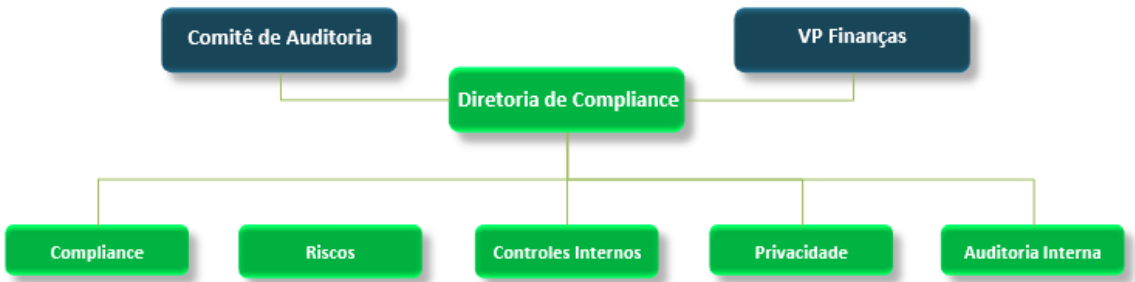
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

À luz dos riscos de mercado enfrentados pela Companhia (principalmente endividamento e investimento), os critérios e riscos são analisados pela Diretoria Financeira e *CFO* e posteriormente apresentados e validados formalmente junto ao Comitê Financeiro e de Recursos Humanos.

A Diretoria de *Compliance* é a consolidadora das informações relacionadas ao gerenciamento de Riscos na Companhia. Tal área, embora possua atividades relacionadas à Controles Internos e à auditoria interna, tem sua independência reforçada por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e administrativo para alta Administração da Cogna (Vice-Presidência de Finanças).

O Comitê de Auditoria, um dos comitês consultivos estabelecidos pelo Conselho com o objetivo de obter os elementos e subsídios necessários ao processo decisório do Conselho, atualmente é composto por três membros efetivos, que, dentre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração em assuntos relacionados à auditoria, riscos, *compliance* e governança.



c) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Entendemos que nossa estrutura operacional é adequada e coerente com nossas diretrizes estratégicas e com o nosso perfil de risco do negócio no que se refere aos riscos de mercado estabelecidos no item 4.3.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das Demonstrações financeiras e objetivam: a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registre as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)); e c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

Os Diretores da Companhia entendem, ainda, que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera. Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos sobre as demonstrações contábeis podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, projeções de uma avaliação da eficácia do controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adesão às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

As práticas e controles adotados são gerenciados em conjuntos pelas áreas de Controles Internos, Auditoria Interna, Compliance, Contabilidade e Controladoria. A Diretoria de Controladoria é a área responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis e seguindo os procedimentos e controles internos estabelecidas pela Companhia. A Diretoria de Compliance é responsável por auxiliar a estabelecer e avaliar a aderência das áreas de negócio aos procedimentos definidos, com o objetivo de transparecer confiança nas informações contábeis registradas e apresentadas. A Diretoria de Compliance possui reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco independente e administrativo ao Vice-Presidente Financeiro da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Risco tem o papel de fiscalizar a eficácia dos controles internos e é informado pela Diretoria de Compliance sobre o plano de auditoria (escopo, cronograma, metodologia), status, resultados e planos de ação determinados pelas áreas responsáveis no tocante a deficiências e melhorias de controles.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

As deficiências de controles identificadas em trabalhos de auditoria (interna e externa) são consolidados pela Diretoria de Compliance e apresentados oportunamente ao Comitê de Auditoria e Risco, responsável pela supervisão do processo como um todo.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro do exercício da atividade de auditoria independente

Utilizamos as recomendações dos auditores independentes para elaboração dos planos de ação necessários para resolução das deficiências de controle identificadas.

Relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossos auditores destacaram as seguintes fragilidades no ambiente de controles:

- **Ausência de controles formais no processo de consolidação e preparação e revisão das demonstrações financeiras:** deficiências no processo de consolidação das informações contábeis que é realizado de forma manual por meio de diversas planilhas de Excel (Vasta | SOMOS).
- **Ausência de controles de tecnologia da informação:** deficiências na gestão de acessos dos usuários; precisão e revisão dos relatórios utilizados em controles manuais e controles gerais do ambiente de tecnologia - ITGC (Vasta | SOMOS e Cogna).
- **Ausência de controles formais no processo de lançamentos contábeis manuais:** deficiências nos processos de lançamentos manuais (Vasta | SOMOS e Cogna).

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Ausência de controles formais no processo de consolidação e preparação e revisão das demonstrações financeiras:

A Companhia realizou e está realizando diversas melhorias em seus processos internos de forma a corroborar e conciliar os dados a ser divulgados nas Demonstrações Financeiras. Atualmente, temos um projeto de integração do sistema de consolidação utilizado no Grupo Cogna (Hyperion) para que possa realizar a consolidação sistêmica dos saldos contábeis da Vasta. Com essa integração conseguiremos garantir a confiabilidade das informações, além de rastrear os movimentos ali apresentados.

Ausência de controles de tecnologia da informação:

A Companhia está trabalhando na implementação de um fluxo automatizado para revisão dos acessos aos principais sistemas. Dessa forma, será possível assegurar a integridade dos dados utilizados na revisão e a formalização de eventuais manutenções necessárias. Adicionalmente, já foram definidos os procedimentos de validação da integridade dos relatórios utilizados nos controles manuais.

Ausência de controles formais no processo de lançamentos contábeis manuais:

Realizaremos uma revisão em nossa política de lançamentos manuais, de modo a garantir a melhor governança das aprovações formais desses lançamentos e o controle das

5.2 Descrição dos controles internos

documentações que suportam o registro. Adicionalmente, implementaremos a formalização da revisão nos perfis de acesso que já realizamos, para garantir que apenas usuários adequados podem realizar tais lançamentos.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Diretoria de Compliance (DC) tem o papel de estabelecer mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação da Companhia, inclusive envolvendo a administração pública. Contamos com uma área dedicada ao programa de integridade, contemplando o código de conduta, treinamentos, pílulas de conhecimento e políticas e procedimentos.

Adicionalmente, possui uma estrutura responsável por realizar *Due Diligence* dos órgãos públicos que a Cogna possui intensão de participar de licitações, bem como o acompanhamento de todo o processo licitatório por meio de monitoramentos e a realização de auditorias de todas as licitações ganhas.

Para endereçar os riscos oriundos das interações com agentes públicos, a Cogna atualizou em 2021 sua Política Anticorrupção, que foi aprovada pelo Conselho de Administração, documento aplicável a todos os colaboradores, membros do Conselho, diretores e terceiros que atuam em nome da Companhia, no qual são estabelecidas diretrizes e orientações relacionadas ao tema.

A prevenção se dá principalmente por meio de treinamentos e comunicados relacionados à Política.

A DC atua proativamente na detecção de eventuais irregularidades por meio de auditorias internas e revisões de processos com foco em controles internos, realizadas no decorrer do ano com suas prioridades determinadas por metodologia própria validada pelo Comitê de Auditoria e Risco. Ambas abordagens permitem, por meio de testes de controles e testes substantivos, identificar eventuais não conformidades que possam impactar a administração pública. A detecção também pode se dar de forma reativa por meio de relato recebido via nosso Canal Confidencial Cogna (<https://canalconfidencial.com.br/cogna>) e posterior investigação.

Com o objetivo de sanar as não conformidades identificadas nesses trabalhos, são gerados planos de ações orientados a remediar deficiências processuais que permitiram a não conformidade (causa raiz).

Os resultados dos trabalhos são apresentados oportunamente ao Comitê de Auditoria e Risco, que pode sugerir reavaliações a adaptação de práticas e metodologias adotadas.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A DC tem o papel de estabelecer mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação da Companhia, inclusive envolvendo a administração pública. A DC atua por meio de suas 4 células:

5.3 Programa de integridade

- Gestão de Riscos e Controles Internos: é responsável por atuar como facilitadora na identificação e gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta e estabelecer, em conjunto com as áreas de negócios, ações de remediação para mitigá-los.
- Compliance: responsável pela validação das políticas e procedimentos da Companhia, bem como por identificar eventuais descumprimentos. Também realiza a gestão do Canal Confidencial Cogna (CCC), apurando e direcionando relatos conforme necessidade. Além disso, é responsável, em conjunto com o RH, a realização de treinamentos de divulgação das melhores práticas preconizadas pela Companhia.
- Auditoria Interna: fornece avaliação independente sobre todos os processos da Companhia.
- Privacidade de Dados: Responsável por garantir a adequação dos procedimentos da Companhia a lei 13.709/2018 que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet.

A DC tem sua independência garantida por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco, órgão para o qual os trabalhos e fragilidades identificadas no decorrer das atividades são reportados oportunamente.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

O Código de Conduta Cogna tem como objetivo nortear e deixar explícitos os comportamentos considerados aceitáveis ou repudiados pela Companhia. O documento considera a opinião de diversas áreas da Companhia que, alinhadas a nossa Missão, Visão e Valores, se empenharam em classificar as ações consideradas adequadas para o bom funcionamento dos processos da Companhia. O curso sobre o Código de Conduta Cogna disponível na Universidade Cogna é obrigatório para todos colaboradores, sendo realizado na etapa de integração para todos os colaboradores recém-admitidos.

O Código de Conduta Cogna se aplica a todos os colaboradores – administrativos e docentes – e administradores da Cogna, bem como a parceiros de negócios atuando em nome da Companhia, em suas relações com colegas, membros de suas equipes, empresa, fornecedores, acionistas, governo e outros parceiros de negócios.

- Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os colaboradores e Diretores da Cogna e suas empresas são treinados quanto as diretrizes do nosso Código de Conduta ao serem admitidos. O treinamento sobre o Código de Conduta e Anticorrupção (Lei 12.846) são obrigatórios e é um dos critérios para promoções dos colaboradores.

- As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

5.3 Programa de integridade

Qualquer colaborador, em qualquer nível da Companhia, que violar o Código, bem como leis e regulamentação aplicáveis, está sujeito a ações disciplinares, incluindo demissão por justa causa. Violações que podem implicar ações disciplinares incluem:

- o Violar direta ou indiretamente o Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia.
 - o Orientar ou apoiar outros na violação do Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia.
 - o Omitir-se na pronta apresentação de uma violação conhecida ou suspeita do Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia aos canais competentes.
 - o Não cooperar com a Companhia nas investigações de denúncias relacionadas às violações.
 - o Retaliar um colaborador por ter reportado uma potencial violação ou mesmo por ter colaborado em uma investigação.
 - o Ter proporcionado as condições para a violação ao omitir-se na comunicação e/ou supervisão da conduta da equipe pela qual é responsável.
- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o Código de Conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Cogna está vigente e foi aprovado pela Presidência e Conselho de Administração em 2022.

O Código de Conduta Cogna está disponível nos sites institucional e de relações com investidores da Companhia (www.cogna.com.br e ri.cogna.com.br).

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Cogna possui o Canal Confidencial Cogna (CCC), sob gestão da Diretoria de Compliance. Este canal deve ser utilizado para reportar as situações nas quais os valores e princípios éticos da Companhia estejam sendo violados ou colocados em risco.

- Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal está disponível nos sites da Cogna e suas subsidiárias (Kroton, Platos, Saber e Vasta/Somos), RI e no portal de comunicação interna (Workplace).

- Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Ao inserir um novo relato no CCC, o denunciante tem a opção de se identificar ou manter o anonimato. O CCC, por permitir o anonimato do relator, não viabiliza a identificação de quais denúncias tiveram sua origem interna e/ou externamente. Este canal tem como princípio a confidencialidade de informações. Todas as situações reportadas ao CCC são tratadas com total seriedade, sigilo, imparcialidade e independência. Caso o denunciante se identifique, ele terá a sua identidade preservada durante todo o processo de investigação.

5.3 Programa de integridade

- Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Diretoria de Compliance é a área responsável pela apuração das denúncias, sendo os resultados desses trabalhos de investigação e auditoria apresentados trimestralmente ao Comitê de Auditoria e Risco.

Quando constatada a procedência do relato mediante entendimento dos fatos e das fragilidades processuais que causaram a ocorrência, são definidas, em conjunto entre as áreas de Compliance, RH e Jurídico, medidas administrativas/disciplinares aplicáveis aos envolvidos e ações necessárias para evitar a recorrência das mesmas (Áreas de Controles, Auditoria e Compliance junto com as áreas de negócios envolvidas).

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não foram identificados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, já que a Companhia adota os mecanismos mencionados anteriormente.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, em função das alterações na legislação de Proteção de Dados, a Companhia continua trabalhando em uma série ações que visam mitigar os riscos Cibernéticos relacionados ao tratamento, exposição de dados pessoais e quaisquer outros riscos que possam impactar significativamente as Demonstrações Financeiras.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

A Companhia entende que a estrutura e abordagem de riscos e controles internos estabelecida até a data referência do presente documento se mostrou eficaz no cumprimento das estratégias e objetivos estabelecidos pelo Comitê de Auditoria e Risco.